

Exmo Sr.

**Antônio Gilberto Fillipo Fernandes Junior**

DD. Prefeito Municipal de Guaratinguetá

Eu, \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

**Residência:** à \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_, nesta cidade de Guaratinguetá.SP, CEP: \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Venho, mui respeitosamente, **REQUERER a V. Exa. ISENÇÃO do IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano, do imóvel lançado na Inscrição Cadastral \_\_\_\_\_, com fundamento na Lei Complementar nº 22, de 07 de dezembro de 2005 ou Lei Complementar nº 28, de 10 de setembro de 2009, de acordo com a opção abaixo selecionada:

(  ) **Isenção de 100% - aposentado ou pensionista;** com proventos ou pensões integrais que não ultrapassam 02 (dois) salários mínimos mensais, residente no imóvel do tributo, cuja área edificada não ultrapassa 150,00 m<sup>2</sup>, não possui nenhum outro imóvel neste Município, quer terreno ou área rural.

(  ) **Isenção de 100% - trabalhador remunerado;** com rendimentos que não ultrapassam 02 (dois) salários mínimos mensais, residente no imóvel do tributo, cuja área edificada não ultrapassa 70,00 m<sup>2</sup> com padrão de construção rústico, econômico ou modesto, não possui nenhum outro imóvel neste Município, quer terreno ou área rural.

(  ) **Isenção de 50% - sem comprovação de renda;** residente no imóvel do tributo, cuja área edificada não ultrapassa 70,00 m<sup>2</sup> com padrão de construção rústico, econômico ou modesto, não possui nenhum outro imóvel neste Município, quer terreno ou área rural.

Declaro estar ciente de que a documentação apresentada é de minha responsabilidade e passará por análise quanto à concessão do benefício e que estas informações por mim prestadas são verdadeiras, sob as penas da Lei, e sujeitas à posterior constatação.

Guaratinguetá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente

Art. 299 do Código Penal: Omitir documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir fala ou adversa da que devia ser escrita, como de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante:

**PENA: Reclusão de 1 (um) ano a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) meses e multa, se o documento é particular.**